



Encontro com S. Ex.^a o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

A pedido da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses (ASDP), teve lugar, a 8 de fevereiro, um encontro entre o Presidente do Conselho Diretivo da ASDP, Luiz Barreiros e o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), José Luis Carneiro. Estiveram igualmente presentes o Chefe do Gabinete, Paulo Domingues e o adjunto do mesmo, Ricardo Alves, assim como, da parte da ASDP, o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Emanuel Joaquim. A reunião teve por propósito a apresentação de cumprimentos de ano novo e a prossecução dos contactos que a ASDP tem mantido com S. Exa. o SECP e o seu Gabinete.

1. O Presidente do Conselho Diretivo da ASDP começou por recordar a proposta de ascensão dos 8 Vice-Consulados a Consulados de carreira, reportando-se à intenção manifestada em reuniões anteriores de se prosseguir um período de reflexão sobre o assunto, com vista a uma transição gradual, que previa a não renovação das comissões em curso e a suspensão de novas nomeações para o cargo de Vice-Cônsul. Desde então, não se tendo tal verificado, a posição do Senhor SECP parecia ter mudado, o que teríamos de lamentar. Retomou o argumentário já antes apresentado pela ASDP a este respeito, destacando as competências próprias de representação que os diplomatas adquirem através da formação de que são alvo e da experiência acumulada, que melhor os qualificam para o desempenho deste tipo de funções, mas também a maior facilidade que têm na abertura de canais de comunicação mais diretos com as autoridades locais, mais dificilmente alcançados pelos Vice-Cônsules.

Em segundo lugar, fez referência à situação de insuficiência de recursos humanos com que ainda se batem os postos da nossa rede consular, que, para além de afetar o seu normal funcionamento, limita a sua capacidade para a realização de permanências consulares. Neste âmbito, inquiriu o Senhor SECP sobre as suas expectativas para o Orçamento de Estado, considerando a necessidade de reforço de recursos humanos o assunto mais premente na nossa perspetiva.

Numa menção às mais recentes alterações às leis eleitorais, que incluíram a extensão da participação dos diplomatas e seus familiares em várias das eleições nacionais, notou, no entanto, que, ainda assim, vimos apenas parcialmente atendidas as nossas pretensões, ficando ainda de fora as eleições autárquicas e os referendos nacionais.

2. O Senhor SECP informou que, a respeito dos Vice-Consulados, se colocavam duas questões:

a) sobre a hipótese de termos diplomatas a chefiar Vice-Consulados, o que considera que representaria um acréscimo dos níveis de transparência e de neutralidade de um ponto de vista político-partidário, pediu que considerássemos a possibilidade de



exercício deste tipo de funções por diplomatas na disponibilidade como solução transitória.

Sobre o proposto, e sem tecer considerações sobre o que representaria caso se viesse a tornar solução definitiva, o Presidente do Conselho Diretivo da ASDP referiu que a colocação de diplomatas como titulares de Vice-Consulados apenas seria possível após revisão da legislação em vigor (Regulamento Consular e Estatuto da Carreira Diplomática), que o impossibilita; como solução temporária e de emergência poderia entender a razão para o envio em comissão de serviço, mas que era nossa convicção que nem esta prática, nem o recurso a diplomatas na situação de disponibilidade, fossem as soluções adequadas.

b) sobre a perspectiva de mudança da situação vigente, o Senhor SECP transmitiu-nos não se reunirem condições para, em ano de eleições legislativas, se concretizar a ascensão dos Vice-Consulados a postos de carreira. No futuro, considera que este assunto deverá ser associado ao da necessidade de reestruturação dos recursos humanos do MNE, o que pressuporá um novo quadro em termos remuneratórios e de condições gerais de colocação.

Fez ainda referência a uma nova proposta de digitalização dos serviços consulares, que deverá ser alvo de resolução do Conselho de Ministros. Continuará a ser necessário, ainda assim, dotar o MNE de recursos qualificados com valências diversificadas. Vê o quadro atual como sendo pouco competitivo, quer por comparação com o de outros ministérios nacionais, quer com o de outros países. Em anos recentes, tem sido feito um esforço de recuperação face ao esvaziamento dos anos da crise, que incluíram medidas de motivação como o mecanismo de correção cambial e alterações em sede de IRS. Informou que o Senhor SG tinha sido incumbido de estudar os diversos problemas que afetam o MNE e de apresentar soluções globais e integradas que contemplariam os recursos humanos e materiais, assim como a dimensão e desdobramento da rede externa, bem como um plano plurianual de execução. Está, ademais, a ser trabalhada há um ano e meio, para apresentação ao Conselho de Ministros, uma proposta global preparada pelo Senhor DGACCP, com revisão dos Senhores SECP e MNE. Podíamos, pois, disse, contar com o seu empenho e intercessão junto do Senhor MNE para a evolução da presente situação.

Relativamente à questão das leis eleitorais, considera que a mudança verificada já foi muito significativa. Sugeriu, no entanto, que preparássemos uma carta destinada ao MAI, a enviar via GSECP, com a exposição das nossas preocupações nesta matéria.

Luiz Barreiros transmitiu ter ouvido com regozijo a notícia de se estar a pensar uma abordagem estratégica global, em vez das habituais soluções parcelares e casuísticas. Adotada essa abordagem estratégica que tenha em conta o conjunto do MNE e a consciência dos problemas que afetam o seu funcionamento e os seus funcionários, aceitaria então que a sua implementação ocorresse de forma faseada, quiçá ao longo



duma legislatura. No entanto, o desenvolvimento de objetivos bem definidos é imprescindível, sendo a sua execução uma questão a colocar-se numa fase posterior.